



Universidade de Brasília

Ministério da Educação
Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares
Centro de Formação Continuada de Professores
Secretaria de Educação do Distrito Federal
Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação
Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica

PROJETO POLÍTICO – PEDAGÓGICO E O PAPEL DO PROFESSOR
COORDENADOR: Como o coordenador pode envolver a comunidade
escolar no processo de construção do PPP

Nivalda Ribeiro Rodrigues

Professora-orientadora Dra. Rosana César de Arruda Fernandes
Professora tutora-orientadora Mestre Sônia Ferreira de Oliveira

Brasília (DF), 18 de maio

Nivalda Ribeiro Rodrigues

**PROJETO POLÍTICO – PEDAGÓGICO E O PAPEL DO PROFESSOR
COORDENADOR: Como o coordenador pode envolver a comunidade
escolar no processo de construção do PPP**

Monografia apresentada para a banca examinadora do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica como exigência parcial para a obtenção do grau de Especialista em Coordenação Pedagógica sob orientação da Professora-orientadora Dra. Rosana César de Arruda Fernandes e da Professora tutora-orientadora Mestre Sônia Ferreira de Oliveira.

TERMO DE APROVAÇÃO**Nivalda Ribeiro Rodrigues****PROJETO POLÍTICO – PEDAGÓGICO E O PAPEL DO PROFESSOR
COORDENADOR: Como o coordenador pode envolver a comunidade
escolar no processo de construção do PPP**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Coordenação Pedagógica pela seguinte banca examinadora:

Dra. Rosana César de Arruda Fernandes
FE/UNB
(Professora-orientadora)

Mestre Sônia Ferreira de Oliveira
UnB/SEEDF
(Tutora-orientadora)

Profa. Mestre Maria Antonia Honório Tolentino
(Examinadora externa)

Brasília, 18 de maio

Dedico este trabalho aos meus filhos que direto ou indiretamente participaram de todo desenvolvimento, sofreram com a minha ausência de horas e horas dedicados ao estudo, ligada á internet diariamente após chegar do trabalho.

Dedico ainda, a meu pai Walter Ribeiro Viana que não está mais conosco e que apesar de não ter tido a oportunidade de estudar torcia muito pelos filhos e com certeza onde ele estiver estará orgulhoso de mais essa conquista.

Agradeço a meu querido Deus por todas as oportunidades, pelo conforto nos momentos difíceis, pela saúde e coragem para poder trabalhar, estudar, cuidar da família da casa, essas atribuições só são possíveis graças a misericórdia de Deus. Agradeço ainda aos professores orientadores, Sônia Ferreira de Oliveira, Rosana César, Wanessa Castro e demais docentes da disciplina que muito contribuíram para o meu crescimento.

“A Educação é um processo, é desenvolvimento.
Não é a preparação para a vida, é a própria vida.”

Joh Dewey

RESUMO

Esta pesquisa parte de uma reflexão a cerca do papel do coordenador pedagógico em articular o trabalho do professor na organização do tempo para que o mesmo desempenhe suas funções de acordo com as necessidades da Escola. A escolha desta escola deu-se pela necessidade de revelar um problema que vivenciei muito tempo, quando trabalhei neste estabelecimento de ensino como Diretora Escolar, em que pude detectar que para desenvolver o trabalho pedagógico a falta de tempo era o maior empecilho, visto que, todos os professores trabalham 40 horas em sala de aula e muitas vezes dispensavam-se os alunos para reunir com os professores para as eventuais necessidades como exemplo a construção do Projeto Político Pedagógico ou a reestrutura do regimento interno. Neste sentido, a pesquisa em questão visa buscar estratégias que possam auxiliar o professor na organização do seu tempo para que possa participar da sistematização das atividades da Escola, sem prejuízo aos dias letivos.

Neste sentido, esse trabalho possibilitou a busca por estratégias que viesse auxiliar o coordenador e ou professor na organização do tempo. O resultado positivo do trabalho beneficiou não só a esta Escola, mas todo o Município de Santo Antonio do Descoberto de Goiás que também sofria com o mesmo problema.

Palavra Chave: Coordenador Pedagógico, Tempo, Professor, Coletividade Institucional.

RESUMO

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO I	
1. Fundamentação Teórica: O perfil do coordenador pedagógico	10
1.1 A profissão professor coordenador	10
1.2 As atribuições do coordenador-pedagógico	15
1.3 Organização do PPP	17
1.4 O papel do coordenador pedagógico no processo ensino Aprendizagem	21
CAPÍTULO II	
2. Metodologia de pesquisa	25
2.1 Descrição do local da pesquisa	25
2.2 Roteiro para estudo coletivo	27
CAPÍTULO III	
3. Análise da coleta de dados	29
3.1 Procedimentos para a coleta de dados	30
3.2 Análise dos resultados da pesquisa	31
CONCLUSÃO	32
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	36
ANEXO	40

INTRODUÇÃO

O foco desta pesquisa referiu-se ao papel do coordenador pedagógico e a sua identidade profissional na construção do PPP. O problema que direciona todo o estudo bibliográfico aqui desenvolvido é referente ao tempo, como esse profissional se desdobra para realizar tantas atribuições com tão pouco tempo, ou seja, o objetivo principal deste estudo é envolver a comunidade escolar no processo de construção do Projeto Político Pedagógico PPP; Auxiliar o coordenador na organização do tempo disponível; Promover momentos de integração e discussão no processo de construção do PPP; Identificar estratégias que viabilizem o desenvolvimento das ações propostas no PPP.

O assunto tratado é uma questão muito comum às escolas do Município de Santo Antonio do Descoberto, que se assemelham a realidade de outros Municípios. Todo o trabalho foi realizado de acordo com a instituição escolhida, que apresenta extrema necessidade de recursos materiais e muitas vezes recursos humanos. Encontramos vários problemas em relação ao tempo para reunir e envolver a comunidade escolar no processo de construção do PPP, uma vez que a escola não tem jornada ampliada, todos trabalham 40h em sala de aula. Esse é um problema que desencadeia vários outros e acabam interferindo no processo ensino aprendizagem.

Desta forma, o problema desta pesquisa se justifica pelas reclamações constantes dos professores e coordenadores em relação à falta de tempo para reunir e discutir os projetos e propostas relacionadas, ou seja, consolidar o trabalho coletivo, pois, infelizmente não contam com a jornada ampliada tão necessária ao planejamento necessário à formação continuada destes docentes e principalmente para que os coordenadores pedagógicos possam desenvolver, junto aos professores, o trabalho pedagógico. O coordenador pedagógico também é responsável pela identificação de estratégias que viabilizem o desenvolvimento das ações propostas no PPP; pela Mobilização da comunidade escolar na organização do trabalho pedagógico.

CAPÍTULO I

1. Fundamentação teórica: o Perfil do coordenador pedagógico

Para entender o aparecimento deste profissional denominado coordenador pedagógico se torna preciso voltar no tempo para conhecer sua história. Neste sentido Miranda e Maccarini (1997, pag.02), comentam que, "O coordenador pedagógico e sua identidade profissional" nos leva a uma volta ao tempo .

Em decorrência do Parecer (Conselho Federal de educação) CFE 252/69, que abria a perspectiva de profissionalização das funções de supervisor escolar e orientador educacional. As referidas funções ganharam *status* de profissão, dando ao curso de pedagogia autonomia para formar vários especialistas: o supervisor escolar, o orientador educacional e o administrador escolar.

Sob tal perspectiva, o curso de Pedagogia regularizava as chamadas habilitações técnicas, ocorrendo assim uma divisão de tarefas na escola, profissionais habilitados para exercerem as funções de administração, supervisão escolar e orientação educacional, enquanto especialistas, exerciam diferentes funções no âmbito da escola. Assim, cabia ao administrador escolar dirigir a escola (e nos moldes de uma empresa); ao supervisor escolar observar, direcionar e controlar o trabalho dos professores em sala de aula e ao orientador educacional prestar serviços de orientação vocacional, moral e psicológica aos alunos, na direção de moldá-los segundo os padrões vigentes na sociedade naquele momento, (Miranda e Maccarini (1997). Desse modo, ficava evidente a fragmentação do trabalho pedagógico, pois os especialistas "pensavam" a educação e os professores cumpriam a tarefa de pôr em prática o que lhes era imposto. Miranda e Maccarini (1997, artigos relacionados)

A concepção empresarial caracterizou as funções desenvolvidas pelo pedagogo, enquanto supervisor educacional e/ou orientador educacional, como sendo de controle de produção e rendimento do trabalho pedagógico, buscando pensar a educação e fazer com que os professores executassem as tarefas idealizadas, segundo diretrizes e decisões impostas pelo sistema (RANGEL, 2006).

A história está sempre em movimento e, deste modo, as transformações vão ocorrendo na sociedade. Deste modo, atualmente, com base numa concepção de trabalho coletivo e, portanto, de superação da dicotomia que caracterizava a escola até bem pouco tempo, as funções de supervisor escolar e orientador educacional passaram a ser exercidas pelo mesmo profissional, isto é, a coordenação pedagógica na escola se torna uma atribuição do pedagogo. Atribuição essa que surge da fusão das funções de orientador educacional e supervisor escolar. (Miranda e Maccarini 1997, artigos relacionados).

No atual contexto sócio-histórico e educacional brasileiro, o Pedagogo é um profissional generalista, pois além de especialista em educação, administrador escolar, supervisor educacional ou orientador educacional, é um professor formado para a docência na Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental.

Desta forma o papel do coordenador pedagógico na esfera escolar bem como a sua identidade é de coordenar, organizar, orientar, assessorar, subsidiar, promover momentos de integração do trabalho pedagógico entre as diferentes disciplinas, numa mesma série, ou uma mesma disciplina, em diferentes séries (RANGEL, 2006).

A atividade exercida na função do coordenador pedagógico, como parte do processo do trabalho educativo tem por objetivo assegurar a qualidade do processo ensino-aprendizagem a partir da utilização intencional dos recursos de coordenação do esforço coletivo. Neste sentido,

[...] a coordenação é um aspecto da direção, significa a articulação e a convergência do esforço de cada integrante de um grupo visando a atingir os objetivos. Quem coordena tem a responsabilidade de integrar, reunir esforços, liderar, concatenar o trabalho de diversas pessoas. (LIBÂNEO, 2004, p.179).

O fazer e a identidade do pedagogo implicam o envolvimento com práticas educativas, fatos, situações, investigação e atuação dentro da variedade de atividades voltadas para o educando e o educador.

1.1 A profissão professor- coordenador

Colocamos toda a nossa atenção no professor-coordenador ou coordenador-pedagógico que é aquele que durante o ano articula o trabalho pedagógico em torno do melhor cumprimento do que foi estabelecido no Projeto Político Pedagógico, coordenando seus diversos desdobramentos em planos de curso, de currículo, de ensino ou de aula. O coordenador pedagógico, como pedagogo exerce uma responsabilidade da maior relevância durante todo o processo, desde a fase de organização das reuniões de planejamento das atividades pedagógicas da unidade escolar até a da execução, desenvolvimento e avaliação do projeto da escola.

O pedagogo é o profissional que atua em várias instâncias da prática educativa, direta ou indiretamente ligadas a organização e aos processos de transmissão e assimilação ativa de saberes e modos de ação, tendo em vista objetivos de formação humana definidos em sua contextualização histórica. (PIMENTA, 1996, P. 116-117).

Esse profissional é de fundamental importância dentro da escola, mesmo desempenhando vários papéis ele simboliza o articulador do trabalho para os professores alunos e demais participantes da comunidade escolar. O fato dos professores não terem jornada ampliada sobrecarrega muito o coordenador, às vezes o profissional se vê fazendo tarefas que não são atribuições suas.

Para entender melhor o ofício deste profissional destaca-se atividades importantes retiradas do artigo de Miranda e Maccarini (1997, artigos relacionados), que o coordenador desempenha em relação á “disciplina”, são elas: Orientação aos pais, alunos e professores sobre problemas pessoais e indisciplinares; Atenção ao comportamento dos alunos e professores na sala de aula; Controle de frequência escolar; Monitoramento de entrada e saída de alunos; Em relação ao trabalho Administrativos e burocrático; Acompanhamento de diários escolares; Agendamento e organização de horário (uso de biblioteca/salas/consultas médicas/fisioterapia excursões); Substituição de professores.

Cabe a ele ainda coordenar as “atividades extracurriculares”: Organização de palestras para professores e pais de alunos; Participação nos eventos realizados na escola: festa junina/gincanas; Participação nas atividades extracurriculares como museus/teatros/passeios; Promoção de festas em datas comemorativas

O coordenador ainda cuida da 'ação social': Articulação das relações externas com a comunidade. É sua função ainda cuidar de "outras eventualidades" como: Execução de projetos juntamente com os professores; Frequência e adequação das atividades. Muito envolvimento com atendimento às pessoas como: Atendimento telefônico; Atendimento aos professores; Reunião com diretor; Conversa com alunos; Orientação aos pais; Substituição de professores; Solicitações do Sistema.

O professor coordenador precisa se preocupar ainda em formar cidadãos, desenvolver o espírito crítico, nos alunos, assegurar que todos tenham igualdade de oportunidades, desenvolver a consciência social nos alunos e garantir acesso à cultura. (Miranda e Maccarini, 1997, artigos relacionados)

Segundo Rangel (2006, p.147),

[...] o coordenador pedagógico é aquele que tem por princípio a função coordenativa e articuladora de ações. "É também quem estimula oportunidades de discussão coletiva, crítica e contextualizada do trabalho educativo".

Para coordenar o trabalho pedagógico no ambiente escolar o coordenador pedagógico precisa estar consciente que, dependendo do contexto coletivo, necessário se faz direcionar suas ações para a transformação (ou não), e que seu trabalho não se dá isoladamente, mas deve estar em permanente contato e articulação do trabalho com os professores, alunos, pais e funcionários, no sentido da construção e implementação de um Projeto Político Pedagógico que seja coerente com a realidade de cada Unidade Escolar.

A escola é um espaço de atuação dos educadores, mantém uma relação dialética com a sociedade: ao mesmo tempo em que reproduz, transforma a sociedade e a cultura. Algo que se dá como uma consequência da especificidade do papel de cada sujeito do processo educativo, incluindo os pedagogos como articuladores do processo pedagógico.

Para tanto o papel central do Coordenador Pedagógico se torna articular a formação de seus professores, (formação continuada em serviço, portanto, de articulador e transformador da realidade educacional, conforme aponta Rangel, (2006).

O texto de Noemi e Arribas, define o coordenador como “Trabalho, Sobrecarga e Multiuso, Bombril”. (2011, e p.16)

Neste sentido identifica-se que o dia a dia do coordenador exige-se que ele administre bem o seu tempo, a fim de cumprir inúmeras tarefas. Sendo assim, em conformidade com os seus registros, percebemos que elas se sentem atropeladas pela urgência e necessidades do cotidiano da escola.

A maioria dos textos e autores que abordam a função do coordenador pedagógico no espaço da escola, como Mate (2005) e Medina (2002), por exemplo, ressaltam que o papel desse sujeito é relativamente recente no cenário educacional e, em decorrência disso, carrega consigo o estigma de uma função burocrática e tradicional.

Nesse sentido, o coordenador quando associado a “bombril”, traz em si a mensagem de que possui incalculáveis e diferentes utilidades e finalidades, algo quase indispensável ou insubstituível.

1.2 As atribuições do coordenador-pedagógico

Em meio a tantas atribuições, cabe ao coordenador o envolvimento dos professores na construção do PPP, buscando soluções para driblar a falta de tempo, criando momentos em que todos possam participar da elaboração e execução deste documento, tão importante para a escola e todos nela inseridos.

Desta forma a Lei 9.394/96 no inciso I do Artigo 12, estabelece que, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, os estabelecimentos de ensino terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica: o Projeto Político Pedagógico (PPP)

Fonseca (2003) situa o Projeto Político Pedagógico como uma proposta nacional que incentiva a escola a traçar seu próprio caminho educativo, destacando a importância da participação dos profissionais da educação em colegiados escolares, na intenção de superar a gestão de meios e produtos, apelando para iniciativas orientadas para o que é humanamente bom, e que levem em conta a cultura, as condições de vida do local e a qualificação dos professores.

Dessa forma, o professor coordenador deve cuidar da formação continuada dos professores, nesta direção, em seu estudo acerca do espaço de formação continuada para o Professor-Coordenador, Garrido (2005) afirma:

[...] Mudar práticas implica mudanças nas formas de relacionamento entre participantes, e isso pode gerar desestabilidade na estrutura de poder, riscos de novos conflitos, desgastes e frustração para a comunidade escolar. Mudar práticas significa empreender mudanças em toda a cultura organizacional. (p.10)

A postura do professor coordenador, enquanto agente de mudança requer compromisso, responsabilidade e estudo, visando a apropriação de novos conceitos, além de reflexão na e pela ação. Cabe a esse profissional então, adotar uma postura dialética frente ao conhecimento e á sua própria prática. (NOEMI e ARRIBAS, 2012).

Segundo Rangel (2006, p.147), o coordenador pedagógico é aquele que tem por princípio a função coordenativa e articuladora de ações, “É também quem estimula oportunidades de discussão coletiva, crítica e contextualizada do trabalho educativo”.

Para tanto o coordenador necessita de autonomia para direcionar e coordenar a construção do documento mais importante do contexto escolar, **O Projeto Político Pedagógico**, visto que, O Projeto Político Pedagógico não nega o instituído da escola que é a sua história, que é o conjunto dos seus currículos, dos seus métodos, o conjunto dos seus atores internos e externos e o seu modo de vida. Um projeto sempre confronta esse instituído com o instituíste. Não se constrói um projeto sem uma direção política, um norte, um rumo. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é também político. O projeto pedagógico da escola é, por isso mesmo, sempre um processo inconcluso, uma etapa em direção a uma finalidade que permanece como horizonte da escola. (www.ibiruba.ifrs.edu.br/site/mídias).

Daí a importância da participação de todos, e o coordenador frente a este desafio busca o melhor de si para envolver a comunidade escolar neste processo de construção.

Para LÜCK, (2003) discutir projetos é considerá-los como ferramentas de gestão e de planejamento, capazes de indicar uma direção para o trabalho coletivo,

um compromisso de ação ou, em outras palavras, cursos específicos e dinâmicos de ação.

Para tanto, durante o processo de desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico é papel também do coordenador estar em constante busca, por meio de pesquisas e sugestões bibliográficas para orientar os professores na busca de soluções dos conflitos que vierem acontecer, fugindo do senso comum, para a reflexão crítica, a cerca das queixas dos docentes e criar uma rotina de reflexão coletiva sobre as possíveis soluções para as questões do cotidiano pautadas nos estudos. Além disso, deve promover a avaliação das ações didáticas, organizar estudos e leituras que possam levar o professor a ter autonomia sobre a sua docência.

Luck (2003) diz que para mudar a escola e a sociedade precisamos de pessoas e estruturas, estruturas e pessoas. Não pode haver dicotomia. O PPP e o trabalho coletivo constante são instrumentos que ajudam as pessoas na tão necessária luta pela melhoria da qualidade da prática pedagógica.

Ainda sobre a construção do PPP, Veiga (1995), diz que o projeto pedagógico exige profunda reflexão sobre as finalidades da escola, assim como a explicitação de seu papel social e a clara definição de caminhos, formas operacionais e ações a serem empreendidas por todos os envolvidos com o processo educativo. Seu processo de construção aglutinará crenças, convicções, conhecimentos da comunidade escolar, do contexto social e científico, constituindo-se em compromisso político e pedagógico coletivo. Dessa forma ele precisa ser concebido com base nas diferenças existentes entre seus autores, sejam eles professores, equipe técnico-administrativa, pais, alunos e representantes da comunidade local. É, portanto, fruto de reflexão e investigação.

Mediante observação e análise que se caracterizam por um contato direto do professor-pesquisador com a situação pesquisada e que vão ocorrendo ao longo de um tempo, no dia-a-dia da escola, os profissionais, do seu cotidiano, observam o que ocorre, ouvem o que é dito, leem o que é escrito, levantam questões, observam e registram tudo. Documentam o não documentado, procurando entender como ocorrem no interior da escola e das salas de aula as relações pedagógicas, como é concebido, executado e avaliado o currículo escolar, quais atitudes, valores e crenças são perseguidos, quais as formas de organização do trabalho

pedagógico. Tais dados servem para clarificar às questões prioritárias e propor alternativas de solução.

André (1995, p. 111) afirma:

Conhecer a escola mais de perto significa colocar uma lente de aumento na dinâmica das relações e interações que constituem seu dia-a-dia, apreendendo as forças que a impulsionam ou que a retêm, identificando as estruturas de poder e os modos de organização do trabalho escolar, analisando a dinâmica de cada sujeito nesse complexo interacional.

Esse imprescindível esforço coletivo implica a seleção de valores a serem consolidados, a busca de pressupostos teóricos e metodológicos postulados por todos, a identificação das aspirações maiores das famílias, em relação ao papel da escola na educação da população e na contribuição específica que irá oferecer para "o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho"(art. 2º da Lei nº 9.394/96).

A análise do contexto externo consiste no estudo do meio no qual a escola está inserida e das suas interações. Para fazer a análise do contexto externo, é necessário identificar os principais participantes que interagem com a escola e analisar as influências das dimensões geográficas, políticas, econômicas e culturais. No decorrer do processo de construção do projeto pedagógico, consideram-se dois momentos interligados e permeados pela avaliação: o da concepção é o da execução. Para que possam construir esse projeto, é necessário que as escolas, reconhecendo sua história e a relevância de sua contribuição, façam autocrítica e busquem uma nova forma de organização do trabalho pedagógico; que "reduza os efeitos da divisão do trabalho, da fragmentação e do controle hierárquico" (VEIGA 1996, p. 22).

1.3 Organização do PPP

Quanto a concepção, de acordo com VEIGA, (2001, p.11),

... um projeto pedagógico de qualidade deve apresentar as seguintes características: Ser um processo participativo de decisões; Preocupar-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições; Explicitar princípios baseados na autonomia da escola, na solidariedade entre seus agentes educativos e no estímulo à participação de todos no projeto comum e coletivo; Conter opções explícitas na direção da superação de problemas, no decorrer do

trabalho educativo voltado para uma realidade específica; Explicitar o compromisso com a formação do cidadão.

No que tange à execução, um projeto é de qualidade quando:

- a) nasce da própria realidade, tendo como suporte a explicitação das causas dos problemas e das situações nas quais tais problemas aparecem;
- b) é exequível e prevê as condições necessárias ao desenvolvimento e à avaliação;
- c) implica a ação articulada de todos os envolvidos com a realidade da escola;
- d) é construído continuamente, pois, como produto, é também processo, incorporando ambos numa interação possível. Considera-se que o projeto político-pedagógico da escola não visa simplesmente a um "rearranjo formal da escola, mas a uma qualidade em todo o processo vivido" (Veiga 1996, p.15).

Portanto, o projeto pedagógico é um documento que não se reduz à dimensão pedagógica, nem muito menos ao conjunto de projetos e planos isolados de cada professor em sua sala de aula. O projeto pedagógico é, portanto, um produto específico que reflete a realidade da escola, situada em um contexto mais amplo que a influencia e que pode ser por ela influenciado. Em suma, é um instrumento clarificador da ação educativa da escola e em sua totalidade (...) a primeira ação que me parece fundamental para nortear a organização do trabalho da escola é a construção do projeto pedagógico assentado na concepção de sociedade, educação e escola que vise à emancipação humana. Ao ser claramente delineado, discutido e assumido coletivamente ele se constitui como processo. E, ao se constituir como processo, o projeto político-pedagógico reforça o trabalho integrado e organizado da equipe escolar, enaltecendo a sua função primordial de coordenar a ação educativa da escola para que ela atinja o seu objetivo político-pedagógico. (VEIGA 1996, p137)

Assim a nova LDB, Lei n. 9.394/96 prevê no seu art. 12, inciso I, que:

"Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica".

De acordo ainda com a LDB, Lei n. 9.394/96, esse preceito legal está sustentado na ideia de que a escola deve assumir, como uma de suas principais tarefas, o trabalho de refletir sobre sua intencionalidade educativa. Vale chamar a atenção para a variedade terminológica empregada pelo

legislador: proposta pedagógica (arts. 12 e 13), plano de trabalho (art. 13), projeto pedagógico (art.14), o que poderá trazer confusões conceituais e, conseqüentemente, operacionais.

Segundo a Lei 9394/96, a proposta pedagógica ou projeto pedagógico relaciona-se à organização do trabalho pedagógico da escola; o plano de trabalho está ligado à organização da sala de aula e a outras atividades pedagógicas e administrativas. “Desse modo, isso significa que o plano de trabalho é o detalhamento da proposta ou projeto” (art. 13). Portanto, compete aos docentes, à equipe técnica (supervisor, coordenador pedagógico, diretor, orientador educacional) e aos funcionários elaborar e cumprir o seu plano de trabalho, também conhecido por plano de ensino e plano de atividades. É por esse caminho que vamos construindo o planejamento participativo e a estratégia de ação da escola.

De acordo VEIGA, (2001), o projeto pedagógico aponta um rumo, uma direção, um sentido explícito para um compromisso estabelecido coletivamente. O projeto pedagógico, ao se constituir em processo participativo de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando pessoal e racionalizado da burocracia e permitindo as relações horizontais no interior da escola. Para que a construção do projeto pedagógico seja possível, não é necessário convencer os professores, a equipe escolar e os funcionários a trabalhar mais ou mobilizá-los de forma espontânea, mas propiciar situações que lhes permitam aprender a pensar e a realizar o fazer pedagógico de forma coerente. E, para enfrentarmos essa ousadia, necessitamos de um referencial que fundamente a construção do projeto.

O projeto político-pedagógico explicita os fundamentos teórico-metodológicos, os objetivos, o tipo de organização e as formas de implementação e avaliação da escola. As modificações que se fizerem necessárias resultam de um processo de discussão, avaliação e ajustes permanentes do projeto pedagógico. Ao nos referirmos ao projeto político-pedagógico fica claro que construí-lo, executá-lo e avaliá-lo é tarefa da escola; tarefa que não se limita ao âmbito das relações interpessoais, mas que se torna "realisticamente situada nas estruturas e funções específicas da escola, nos recursos e limites que singularizam, envolvendo ações continuadas em prazos distintos"(MARQUES 1990, p. 22).

É necessário que se afirme que a discussão do projeto político-pedagógico exige uma reflexão acerca da concepção da educação e sua relação com a sociedade e a escola, o que não dispensa uma reflexão sobre o homem a ser formado, a cidadania e a consciência crítica. O projeto político-pedagógico, ao dar uma nova identidade à escola, deve contemplar a questão da qualidade de ensino, entendida aqui nas dimensões indissociáveis: a formal ou técnica e a política. Uma não está subordinada à outra; cada uma delas tem perspectivas próprias. A primeira enfatiza instrumentos, métodos e técnicas. A qualidade formal não está feita, necessariamente, a conteúdos determinados.

DEMO (1994, p. 14) afirma que:

... a qualidade formal "significa a habilidade de manejar meios, instrumentos, formas, técnicas, procedimentos diante dos desafios desenvolvimento".

A qualidade política é condição imprescindível da participação. Está voltada para os fins, os valores e os conteúdos; quer dizer "a competência humana do sujeito em termos de se fazer e de fazer história, diante dos fins históricos da sociedade humana". (idem p. 14).

De acordo com Marques 1990, para que ocorra a definição do projeto pedagógico com o indispensável embasamento teórico-metodológico, há necessidade de pesquisas, estudos, reflexões e discussões com professores, especialistas em educação, alunos, ex-alunos, determinando o caminho desse processo. A adesão à construção do projeto não deve ser imposta e sim conquistada por uma equipe coordenadora, compromissada e consequente.

Marques (1990, p. 21) certamente contribui para esse entendimento, quando afirma que :

"a necessária transparência e legitimidade do projeto pedagógico deriva do fato de poderem constituir-se formalmente as diversas instâncias de discussões, publicamente reconhecidas e postas em condições de total publicidade".

Portanto, a legitimidade de um Projeto Político Pedagógico está devidamente ligada ao grau e ao tipo de participação de todos os envolvidos com o processo educativo da escola, o que requer continuidade de ações.

Bussmann(1995, p. 43) afirma:

[...] na organização escolar, que se quer democrática, em que a participação é elemento inerente à consecução dos fins, em que se buscam e se desejam práticas coletivas e individuais baseadas em decisões tomadas e assumidas pelo coletivo escolar, exige-se da equipe diretiva, que é parte desse coletivo, liderança e vontade firme para coordenar, dirigir e comandar o processo decisório como tal e seus desdobramentos de execução.

Neste sentido, a elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) é dinâmico e exige da equipe pedagógica esforço coletivo dedicação e compromisso. É um documento extremamente importante, escrito por todos envolvidos que possibilita a legitimidade das ações propostas. Desta forma, construir um projeto pedagógico é um trabalho que demanda coragem a enfrentar desafios da mudança e da transformação, isso trás mudanças na organização da escola, em seu processo de trabalho pedagógico e demanda um olhar diferente de como é exercida a gestão no contexto escolar.

De acordo com o artigo das pedagogas Miranda e MacCarini (1997), cabe ao coordenador pedagógico, portanto, vencer os desafios com que se depara no cotidiano escolar, e um deles, indubitavelmente, é a busca por sua identidade profissional. Para tanto, há que superar o conflito entre o real e o possível, conquistando seu espaço, sua autonomia e a valorização do seu trabalho no ambiente escolar como profissional habilitado para a integração da comunidade escolar em benefício do processo ensino-aprendizagem. As professoras afirmam ainda, que algo só será possível se o coordenador pedagógico assumir o compromisso político e profissional de buscar constantemente sua formação continuada, desenvolvendo uma consciência crítica sobre sua função, de modo que, tendo ele mesmo a clareza necessária sobre o seu papel na concretização do processo ensino-aprendizagem na instância escolar, valorize sua profissão, levando-a a ser também valorizada e reconhecida pela comunidade escolar na sua totalidade.(MIRANDA e MACCARINI, 1997).

1.4 O Papel do Coordenador Pedagógico no processo ensino aprendizagem

O ser humano realiza aprendizagem durante toda a sua vida de diversas maneiras. Primeiramente o que aprende está ligado à sobrevivência da espécie e individual, tanto no campo biológico como no cultural. As primeiras realizações estão ligadas ao biológico, envolvendo o movimento e a percepção. Outras estão ligadas ao desenvolvimento dos sistemas simbólicos, tendo a aquisição da linguagem mais relevância na fase inicial da vida. Esse desenvolvimento prossegue pela constante transformação resultante de sua interação com o meio. Neste sentido o trabalho frente ao processo ensino aprendizagem fica ora fácil pelo fato do aluno já chegar na escola com uma vivência que contribui para o processo de aprendizagem, ora difícil porque esse conhecimento prévio torna a escola sem atrativo, deixando assim o aluno desmotivado, às vezes desatento, outras com atitudes que atrapalham todo o processo.

Neste contexto, enquanto coordenadora, me sinto frustrada em querer fazer, saber que posso ajudar e, no entanto, o próprio sistema educacional não nos possibilita, faltam recursos, falta espaço e principalmente o tempo para formação, e com isso, os alunos já chegam na escola a frente do seu tempo, o contato com as novas tecnologias, com o próprio mundo que exige da criança desde que nasce essa busca constante pelo saber para sobreviver, enquanto o professor coordenador tenta conquistar o espaço dentro da escola, o aluno já chega dominando.

Segundo Campbell (2010) a criança é dotada de um sistema nervoso de grande plasticidade e tem potencialidades que se desenvolverão em função do meio em que vive, das práticas e dos estímulos culturais, das instituições de que participa e das possibilidades de acesso às informações existentes em seu contexto social.

É relevante, para o desenvolvimento do educando, a experiência escolar, mas a escola é uma das possibilidades de aprendizagem para o ser humano. Neste sentido fica claro responder o que é possível fazer, visto que a escola é uma dentre tantas possibilidades de aprendizagem. Devemos nos preparar e entrar no mundo desses alunos para descobrirmos a melhor maneira de ajudá-los. O mais difícil é conseguir essa permissão, isso porque eles já chegam na escola arredios, muitas vezes trancados em seu mundo impossibilitam a equipe escolar de se aproximar,

exigindo assim maior esforço do professor coordenador irá fazer essa mediação entre aluno, professor e família.

Neste sentido o processo de escolarização transforma, aperfeiçoa e sistematiza as experiências vividas na família e na comunidade. Para tal processo dar certo faz-se necessário, o coordenador deve desenvolver habilidades na comunidade escolar, em que o processo de aprendizagem humana envolva componentes como a memória, a consciência e a emoção.

A estes, somam-se outros que são os próprios mediadores da ação humana, o desenvolvimento e a utilização dos sistemas simbólicos, principalmente a linguagem e o papel da Cultura no processo de desenvolvimento humano.

Faz-se necessário um trabalho coletivo, em que a escola favoreça essa mediação, que acontece entre o adulto e a criança e entre uma criança e outra. Nela, o conhecimento que o aluno elabora as informações que recebe e a forma que se caracteriza pelas formas de ação, reação e inserção de cada educando no complexo tecido social da escola e fora dela. A escolarização foi considerada por Vigotsky(1984), como uma possibilidade de aprendizagem do ser humano, uma vez que as aprendizagens que nela acontecem teriam pouco ou nenhuma possibilidade de ocorrer na vida cotidiana. Uma visão com uma influência nas concepções somente comparável à de Piaget (1966).

Wallon (1975), elaborou a tese de que a inteligência humana se desenvolve a partir do sistema emocional, tese hoje corroborado pelas descobertas recentes das Neurociências.

Dessa forma os procedimentos pedagógicos terão de ser diversificados para cada idade de formação (WALLON, 1975). Cabe ao professor, detentor de uma função cultural de socializador de conhecimento, mediar a construção de conhecimento e aprendizagem dos educandos e dele próprio, ser humano em constante formação. Neste sentido, o professor, cumprindo o seu papel de mediador, ao trabalho de todos, inclusive o dos alunos.

O professor coordenador deve promover situações onde os pais terão acesso à escola para dar sugestões, fazer críticas, discutir e contribuir para que a

aprendizagem das crianças seja alcançada. Isso para que todos os alunos tenham os mesmos direitos e não sofram nenhum tipo de discriminação.

Enfim, os problemas disciplinares serão resolvidos de acordo com as normas estabelecidas no Regimento Interno, respeitando os direitos constitucionais, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a individualidade da criança, possibilitando assim, o respeito mútuo, a colaboração entre todos, a participação e o sucesso no processo de ensino aprendizagem.

CAPÍTULO II

2. METODOLOGIA DE PESQUISA

O trabalho em questão está voltado a realidade da Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria de Lourdes Faustino, em Santo Antonio Descoberto – GO que atualmente atende alunos de 1º ao 9º ano e EJA de 1º segmento, hoje conta com 893 alunos e o IDEB desta Escola é de 3.4 com uma realidade de extrema necessidade de planejamento, onde pode-se encontrar vários problemas em relação ao tempo para reunir e envolver a comunidade escolar no processo de construção do PPP e demais ações desenvolvidas na escola, visto que, na escola não tem jornada ampliada, com exceção do 1º ano, todos trabalham 40h em sala de aula, esse é um problema que desencadeia vários outros que interferem no ensino aprendizagem.

A pesquisa bibliográfica com leitura exploratória foi fundamental, pois esta possibilitou a delimitação do problema e a pesquisa de campo foi iniciada.

2.1 Descrição do local de pesquisa

A investigação foi desenvolvida em uma escola pública, localizada no bairro Villa Paraíso, Parque XVII, periferia de Santo Antonio do Descoberto-Go. A escola Municipal Maria de Lourdes Faustino funciona em três turnos, recebendo aproximadamente 893 alunos da educação infantil ao 9º ano do Ensino Fundamental. Atuam nela 32 professores polivalentes. A instituição foi escolhida devido a minha experiência vivida nesta escola durante 04 anos, onde pude observar a angustia dos educadores em planejar e participar dos projetos envolvidos no contexto desta instituição, tendo que ministrar aula 40h e ainda planejar e participar da construção e desenvolvimento dos projetos educacionais. Em consequência disso os professores desta escola e os demais educadores do Município vivem em luta para fazer cumprir o que está previsto no plano de carreira, no entanto, os governantes insistem em dizer que não tem verba para cumprir a

jornada ampliada de 2º ao quinto ano, visto que o 1º ano já funciona com a jornada ampliada. Nestas condições, o ano de 2012 foi marcado por inúmeras greves onde os professores e demais educadores lutam por salário e cumprimento do plano de carreira.

Com conhecimento de causa foi desenvolvido o trabalho nesta escola, aplicando um questionário acerca do tema escolhido que se refere ao pouco tempo ou a falta total de tempo para planejar as atividades pedagógicas, com o intuito de enriquecer a minha pesquisa monográfica.

A coleta de dados foi realizada com 16 professores nos horários de coordenação de cada professor, em relação ao gestor e coordenador da escola tive a disponibilidade de 1h de cada para responder o questionário, o contato com o professor e coordenador foi importante para o sucesso da pesquisa, porque possibilitou aos profissionais expor suas angustias em relação a jornada de trabalho que, segundo eles muito intensa e cansativa.

Para tanto, com o apoio de pesquisas de Hoffman (1991), Lemle (1998), Luckesi (1998) e Vasconcellos(1995), nossa análise obedeceu 03 etapas. Na primeira, foi feita uma explanação a cerca do tema: Como planejar e, uma conversa informal com os professores e coordenação para esclarecimento do tema a ser abordado no questionário. No segundo momento houve uma distribuição do material e marcado um tempo para o recolhimento. Na terceira etapa, voltei para recolher o material, neste momento tive um pouco de dificuldade, em virtude da correria do final de ano, recuperação, conselho de classe e finalizações de projetos, fiquei impossibilitada de recolher alguns questionários distribuídos anteriormente.

Sendo assim, conforme a situação detive-me a investigar apenas 12 professores no seu horário de coordenação, apesar dos professores terem demonstrado grande interesse pelo tema, a maioria não responderam o questionário, justificando que devido ao final do ano, diversas situações os impediram de se dedicar ao questionário, mas apesar disso, obtive um resultado considerável que me oportunizou condições de realizar o trabalho com sucesso. Segue em anexo o questionário aplicado aos professores.

2.2 Roteiro para estudo coletivo

De acordo com Pimenta (1996), no trabalho coletivo o resultado que a escola pretende alcançar para o processo de humanização do aluno-cidadão consciente de si no mundo, capaz de ler e interpretar o mundo no qual está e nele inserir-se criticamente para transformá-lo, não se consegue pelo trabalho parcelado e fragmentado da equipe escolar, à semelhança da produção de um carro, onde um grupo de operários aperta cada um, um parafuso, sempre da mesma maneira, conforme o que foi concluído fora da linha de montagem, mas sim com o trabalho coletivo. Neste há a contribuição de todos no todo e de todos no de cada um. Neste contexto preparamos duas sessões de estudos coletivos onde os professores da Escola Maria de Lourdes Faustino, sugeriram temas a serem discutidos coletivamente.

No primeiro momento, nos organizamos para:

- compor turmas e horários, com critérios que favoreçam o ensino e a aprendizagem; tema escolhido devido à dificuldade que se encontram neste momento de final de ano, onde grande parte dos alunos ainda precisa de atendimento individual, para motivar aprendizagens, desta forma, neste momento coletivamente buscar solução para o problema.
- assegurar horários para reuniões coletivas, planejá-las, coordená-las e avaliá-las, afim de, discutir e assegurar os momentos tão importantes para equipe escolar neste final de ano.

No segundo momento:

- definir claramente, quanto às reuniões com pais, em que a presença destes é importante na construção do Projeto Político Pedagógico, traduzindo essa participação. Este momento de reunião com os pais, os professores já pretendiam definir os encontros finais com orientações aos pais a cerca da importância da participação de todos no processo de construção do PPP, isso já visualizando o início do ano com a reformulação do PPP.

- propiciar trabalho conjunto por áreas do conhecimento e por séries, para analisar, discutir, estudar, atualizar, aperfeiçoar as questões pertinentes às áreas, às séries e ao processo ensino-aprendizagem. Esse tema foi escolhido como uma estratégia da equipe para organizar o trabalho final e deixar sugestões para o próximo ano.

Para trabalhar essa temática escolhida pela equipe, a coordenadora procurou usar textos sugeridos na biblioteca, sala ambiente de aprendizagem escolar, como os citados na bibliografia deste trabalho, dentre eles o de Pimenta(1996), que fala basicamente do trabalho coletivo. Textos estes bem aceitos pela equipe e discutidos como base para tomada de decisões.

O estudo das referencias é importante porque a qualidade das interações entre professores é uma realidade da cultura escolar de fundamental importância para o desenvolvimento do seu Projeto Político Pedagógico e do currículo vivido pelo aluno.

Para tanto a abordagem qualitativa mostrou-se como método adequado a orientar a pesquisa. Por fim, com o intuito de compreender o problema de pesquisa, os dados obtidos foram analisados a partir do embasamento teórico, e ao final apresentamos as considerações.

Para a análise dos dados coletados pretende-se elaborar um quadro contendo as informações selecionadas sobre os aspectos físicos e funcionais das escolas participantes da pesquisa.

Com os dados da escola em mãos, parte-se então, para fazer a discussão, refletindo nas abordagens escolhidas para pesquisa e elaborando as questões a serem trabalhadas no desenvolvimento da pesquisa. Em seguida organizar todas as respostas do questionário em texto dissertativo e descritivo de acordo com cada campo de questões, contratando com teoria estudada e aplicada na pesquisa. Ao final da aplicação dos resultados nos quadros, faremos a discussão final com os resultados em um quadro de análise.

CAPITULO III

3. ANÁLISE DA COLETA DE DADOS

A coleta de dados realizada na Escola Maria Lourdes de Faustino aconteceu de forma prevista, com alguns desencontros, mas no final com persistência a pesquisa foi concluída. A dificuldade encontrada referem-se nas coordenações dos professores, que muitas vezes aproveitam para resolver problemas pessoais como consultas e outros e em virtude disso não aparecem na escola, conforme relato do diretor da escola e mediante comprovação da folha de ponto do ano de 2012, apresentada na ocasião como documento comprobatório das informações relatadas dessa forma, nos foi cedido apenas esse horário para a coleta de dados, o cronograma teve que ser alterado.

O questionário não foi respondido por todos, mas os que responderam foi suficiente para que eu pudesse analisar e entender as respostas dos alunos, os coordenadores e do diretor da escola apesar de termos remarcado várias vezes a visita, pois os compromissos do diretor sempre caía nos dias das visitas, conforme consta na agenda apresentada pela mesma e no calendário escolar reformulado.

Na ocasião da aplicação do questionário tive a oportunidade de ouvir a angústia de muitos professores que, como eu, buscam estratégias de trabalho para driblar o tempo e cumprir com o planejamento. Neste sentido esses profissionais fazem reclamações constantes em relação ao dia-dia do trabalho desenvolvido, como:

- Indefinição do papel do coordenador
- Falta de autoridade (não consigo exercer minha autoridade)
- Falta de planejamento pedagógico/ coordenação
- Falta de pessoal qualificado para trabalhar com a Inclusão (crianças com deficiências)
- Falta de apoio/ respaldo da Secretaria da Educação/governo
- Dificuldade no encaminhamento de problemas de saúde dos alunos
- A violência entre alunos (Agressões constantes)

Surgiram ainda questionamentos em relação a jornada ampliada, queriam saber o porque que o Município ainda não implantou, reclamam que não conseguem participar de formações e a tão almejada coordenação coletiva. Saí da escola ainda mais preocupada com esta questão, pois abordaram justamente o tema ao qual busco estratégias com este estudo.

Mediante a tantos outros questionamentos, procurei a secretária de educação e questionei a respeito da jornada ampliada, visto que o Município apenas implantou a jornada ampliada somente no 1º ano, a mesma me respondeu que o município não tem condições de implantar a jornada nas outra turmas, isso porque segundo ela iria dobrar a folha de pagamento, visto que, teria que contratar o dobro de professores. Descordei, então, pedi para que ela e a coordenadora geral do município desse uma oportunidade para estudar o caso e apresentar-lhe uma sugestão. A secretaria concordou e ao retornar para o Departamento Pedagógico no qual trabalho, passei a angustia aos meus colegas de equipe, da necessidade da jornada ampliada, os mesmos que também já desejavam essa conquista, até mesmo porque somos equipe do Programa Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PACTO), se comprometeram a me ajudar na busca de uma solução.

3.1 Procedimentos para coleta de dados

Para a realização da coleta de dados, foram necessários alguns procedimentos que viabilizassem os resultados do estudo.

1. Visita a escola a ser realizada a pesquisa;
2. Apresentação e orientação do material a ser utilizado para a coleta de dados;
3. Tabulação dos dados: organização dos dados obtidos em forma de tabelas ou gráficos;
4. Recursos; tabelas, quadros, questionários;
5. Análise e discussão dos resultados serão feitos por meio de análise ou confirmar ou refutar hipótese anunciada;

6. Conclusão da análise dos resultados;
7. Sintetizar os resultados obtidos;
8. Após a coleta de dados e análise dos dados, retornar á instituição para apresentação dos resultados da pesquisa.

3.2 Análise dos resultados da pesquisa:

Após a aplicação do questionário e conhecimentos das respostas, pode-se observar que os professores desta instituição em sua maioria não estão satisfeitos com a jornada de trabalho intensa, sugerem organização por parte da gestão e cobram jornada ampliada da Secretaria de Educação, justificando que se torna inviável o trabalho do professor com todas as atribuições a eles conferidas com tão pouco tempo, não dispondo de tempo nem mesmo para dar reforço aos seus alunos. Muitos comentaram que já pegaram na proposta pedagógica várias vezes para ler e não conseguiram tempo para concentrar e analisá-la, conforme comenta as professoras de 2º e 3º anos do ensino fundamental.

A coleta de dados proporcionou ainda uma conversa informal sobre o tema da pesquisa entre pesquisador e pesquisado. Nesta conversa sugeriram muitas ideias interessantes em relação ao Projeto Político Pedagógico, alguns professores que conhecem o PPP da escola e participaram da elaboração do mesmo se propuseram a apresentar e orientar aos colegas novatos e aos outros que não tinham interesse neste instrumento norteador da escola, o PPP. Desta forma estarão contribuindo com o coordenador pedagógico na divulgação e organização do trabalho coletivo até que se encontrem soluções práticas para a implantação da jornada ampliada.

CONCLUSÃO

Ao iniciar este estudo, colocou-se em destaque o trabalho do coordenador pedagógico como mediador do trabalho coletivo e sua enorme dificuldade em aliar o tempo às necessidades da instituição, considerando as adversidades. Em contrapartida o professor cansado e desmotivado com a falta de tempo para planejar e participar da elaboração do PPP da escola, da reformulação do currículo e demais atribuições que são da responsabilidade de todos, daí a necessidade do trabalho coletivo.

O estudo em questão me proporcionou desenvolver um trabalho muito relevante à escola escolhida para pesquisa, visto que, tive a oportunidade de abordar um assunto que enquanto gestora da instituição, não poderia me pronunciar, para não gerar polemica entre os professores, isto porque, tinham uma jornada de trabalho exaustiva e o que mais desejavam era a jornada ampliada para desenvolver seus projetos, atender com qualidade os seus alunos e participar junto ao coordenador pedagógico da reformulação do Projeto Político Pedagógico, do currículo e de todas ações necessárias ao desenvolvimento do ensino aprendizagem. Neste sentido, a pesquisa sortiu efeitos positivos junto aos professores e a coordenação pedagógica no processo de gestão democrática.

O coordenador pedagógico trabalha juntamente com a equipe de direção, colaborando para que a gestão democrática participativa aconteça de forma responsável, para que as mudanças transformem a prática pedagógica dos professores. Desta forma, o que se busca numa gestão democrática é o planejamento participativo, que para Viana (1977, apud SILVA, s.d.) tem como meta a participação corresponsável da maioria a favor de mudanças estruturais no ambiente escolar. Assim, o coordenador deve, portanto, colaborar para ressignificação do trabalho e da prática do professor, resgatando a autonomia do corpo docente, orientando para não haver distanciamento entre o planejamento elaborado por ele e o Projeto Político Pedagógico da escola.

Desta forma, como coordenador pedagógico, posso facilitar o trabalho pedagógico possibilitando momentos entre professores e alunos para que sejam

incorporados pela criança atitudes de respeito e aceitação do outro, para isso é necessário que essas atitudes estejam presentes nos adultos com quem convivem na instituição. Portanto a escola deve zelar para que haja harmonia nas relações cotidianas, evitando a discriminação de qualquer espécie, criando situações de aprendizagem em que a diversidade seja tema de conversa ou de trabalho.

No acompanhamento da escola pesquisada, ficou evidente a preocupação dos Coordenadores e docentes com essas situações que devem acontecer no contexto escolar, mas, infelizmente, todos insatisfeitos com a jornada de trabalho intensa e cansativa os deixam desanimados e descrentes com o sistema. Porém, ao longo deste trabalho tive a oportunidade de contribuir satisfatoriamente para a conquista da jornada ampliada das turmas de 2º e 3º ano, visto que o 1º ano já trabalhava com jornada ampliada. Para isso acontecer, bastou apenas um detalhado planejamento de dias e horas reunidas com a equipe do Pacto ao qual faço parte.

Nas escolas existiam turmas de alfabetização que são alunos de 2º, 3º e 4ºanos juntos em uma mesma classe, que ainda não sabiam ler, as escolas criaram essas turmas para alfabetizar esses alunos, mas, com a adesão do Município ao Programa do Pacto Nacional da alfabetização na idade certa, não seria mais necessário essas turmas, pois os alunos retornam para as turmas de origem e serão alfabetizados pelo programa que visa alfabetizar todos os alunos na idade certa (até 8 anos), para que isso aconteça os alunos serão atendidos também no horário contrário, neste sentido sobraram os professores destas turmas de alfabetização e assim foi possível remanejá-los para as turmas que necessitam de jornada, com as turmas com jornada ampliada não será necessário os professores de dinamização, podendo assim, também remanejá-los para as turmas a qual serão beneficiadas com a jornada ampliada. Colocando tudo isso no papel e modulando todas as turmas de 2º e 3º anos, conseguimos provar para a secretária de educação que seria possível a jornada ampliada das turmas de 2º e 3º ano, só com remanejamento sem a necessidade de contratação de mais professores, visto que, o primeiro ano já trabalha com jornada ampliada.

Com o resultado do trabalho de remanejamento conseguimos para o Município a jornada ampliada de 1º ao 3º ano, com início no último dia 26 de abril, onde a

Secretária de Educação aproveitou a abertura do Programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa que aconteceu na Câmara Municipal e deu a notícia aos professores do início da jornada ampliada, houve grande momento de emoções e alegrias, os professores comemoraram muito, pois ansiavam muito essa conquista, nem mesmo o sindicato dos professores acreditaram no que estava acontecendo, muitos ali presentes, como vereadores e prefeito não entenderam tamanha comoção, somente nós educadores sabemos o quanto essa conquista significa para a qualidade no ensino aprendizagem.

Com esse desfecho consegui concluir a minha pesquisa com louvor, pois por meio dos questionamentos, do estudo, da necessidade explícita na fala dos profissionais de educação pudemos buscar uma solução prática, decisiva e que beneficiou tantas pessoas.

Neste sentido, destaco a importância da parceria da secretaria de educação de Santo Antonio do Descoberto com a Universidade de Brasília (UNB), que deu oportunidade para que pudesse desenvolver este trabalho e através das orientações das professoras- orientadoras que conduziram satisfatoriamente o desenvolvimento deste estudo e oportunizou-me um resultado altamente satisfatório com o objetivo da pesquisa alcançado.

Desta forma, o trabalho do coordenador de agora em diante terá um planejamento e um direcionamento adequado, o trabalho do professor ficará mais eficaz, pois poderá trabalhar com o reforço escolar de seus próprios alunos no horário contrário.

Para muitos que leem essa monografia, essa conquista é normal em muitos lugares, mas para o Município de Santo Antonio do Descoberto foi uma grande vitória, visto que a jornada era prevista a muitos anos no plano de carreira e todos os governantes e secretários que passaram não se preocuparam com esse planejamento, simplesmente diziam que iria extrapolar a folha de pagamento, pois teriam que contratar o dobro de professores.

O grande ganho realmente, será para os alunos que serão melhor atendidos e a escola terá tempo para fazer o tão sonhado trabalho coletivo. Na conclusão deste estudo tive a oportunidade de aprender que tudo é possível quando se planeja,

quando se encontra pessoas com a habilidade de ouvir e dar oportunidade para as sugestões que possam trazer benefícios, é difícil, mas possível.

Desta forma, posso afirmar que os objetivos da pesquisa foram alcançados, ajudar o coordenador organizar o tempo para que suas atribuições na escola sejam desenvolvidas, como a reelaboração dos Currículos, PPP, desenvolvimento de projetos e outros ficam a partir daqui mais fáceis com a conquista da jornada ampliada.

Espero que, com a conclusão deste trabalho, junto a Universidade de Brasília (UNB), responsável por grande parte desta conquista, possa ajudar outras instituições e/ ou Municípios que ainda se encontram com dificuldades em planejar o cotidiano escolar e que a partir daqui comecem a olhar a jornada ampliada como uma necessidade no desenvolvimento do ensino aprendizagem. Desejo ainda, que os Municípios deste país não deixem que a falta de recursos financeiros atrapalhem a qualidade de educação em nosso País e que entendam que o dinheiro é importante, mas, o planejamento, o olhar estratégico e o carinho pela educação faz toda a diferença.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRE, M. E.D.A. **Avancos No Conhecimento Etnografico da Escola**. In: Fazenda, Ivani C.A.. (Org.). PESQUISA EM EDUCACAO E AS TRANSFORMACOES DO CONHECIMENTO. CAMPINAS (SP): PAPIRUS, 1995, v. p. 99-110.

ANDRE, Marli. **O cotidiano escolar, um campo de estudo**. In: ALMEIDA, L.R.e PLACO, V. M. N. S. (orgs). O coordenador pedagógico e o cotidiano da escola. São Paulo: Loyola, 2005, p.9-21.

ALMEIDA, L. R. e PLACCO, V. M. N. de S. **O coordenador pedagógico e o espaço da mudança**. 4ª ed. São Paulo: Loyola, 2005.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL, PDE - **Plano de Desenvolvimento da Educação: Razões Princípios e Programas**. Ministério da Educação, 2007. Brasil. São Paulo: Cortez 2006.

BUSSMANN, A. C. **Projeto Político-Pedagógico e a Gestão da Escola**. In VEIGA, I. P. A. (Org.) Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção possível. São Paulo: Papyrus, 2011. P.37-52. C. Estudos interdisciplinares de representação social. Goiânia: Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Relatora: Regina Alcântara de Assis, Brasília. 1998.

CAMPBELL, Selma Inês. **Projeto Político Pedagógico**. Rio de Janeiro: Walk Editora, 2010.

Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069/90, de 13 de julho de 1990. São Paulo.

FRANCO, M. . P. I. **Análise de conteúdo**. Brasília: Plano Editora, 2003.

GADOTTI, Moacir & ROMÃO, José Eustaquio (orgs.). **Autonomia da escola: princípios e propostas**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001, p. 33-41:

GARRIDO, E. **Espaço de formação continuada para professor coordenador**. In: BRUNO.E.B.G; ALMEIDA,L.R; HALLORAN, Jack. Applies human relations: an organizational, approach. Englewood cliffs, N. J. prentice – Hall,1990.

GARRIDO, E. **Espaço de formação continuada para professor coordenador**. In: BRUNO.E.B.G; ALMEIDA,L.R; CHRISTOV,L.H.D.S. (Orgs). O coordenador pedagógico e a formação docente. 6ª edição, São Paulo: Edições Loyola,2005

WALLON, H. **Psicologia e educação da infância**. Lisboa, Editorial Estampa, 1975.

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº 9.394/1996
Por Regina Gregório.

LIBÂNEO, Jose Carlos.**Organização e gestão da escola: teoria e pratica**. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.

LUCK, Heloísa. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**.2 ed. Petrópolis: Vozes, 2007 MATE, C. H. **O coordenador pedagógico e as relações de poder na escola**. In: LACCO.M. N.D.S; ALMEIDA, L. R. (Org). O coordenador pedagógico e o cotidiano da escola. 3ª edição, São Paulo: Edições Loyola, 2003.

MACHADO, L B. **O que é construtivismo? Estudo de representações sociais com professores do Recife**. 2003. 240 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. UFRN. Natal, 2003

MACHADO, L. B; ARRIBAS, Noemi Cathia Andrade Lira de - **Coordenador Pedagógico na escola pública: uma análise à luz das representações sociais**Educ. foco, Juiz de Fora,v. 16, n. 1, p. 171-192,mar. / ago. 2011

MOREIRA. Editora AB,1998. p.27-38.**Educação**. São Paulo: 14/15. 1º e 2º sem. 2002. pp.207-222 **Educação**. UFRN. Natal, 2003. em Educação). Centro de Educação, Universidade Federal de formação docente. 6ª edição, São Paulo: Edições Loyola,2005.

MOROZ, Melânia; GIANFALDONI, Mônica Helena Tieppo Alves. **O processo de pesquisa: iniciação**. Brasília: Liber Livro Editora. 2006, p. 78 -79.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar. 1978, p.291.

NÓVOA, A. (Org). **Os professores e sua formação**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.

PIAGET, J. (1966) **O Nascimento da inteligência na criança**, Rio de Janeiro: Zahar (edição brasileira publicada em 1982).

PIMENTA, S. G. **Professor Relexivo: construindo uma crítica**. In. PIMENTA, S. G; GHEDIN, E (org). Professor Relexivo no Brasil. São Paulo: Cortez 2006.

PIMENTA, S. G. (coordenação). **Pedagogia Ciência da Educação**. São Paulo: Cortez, 1996.

PLACCO, V. M. N. S. **O coordenador pedagógico no confronto com professor coordenador**. In: BRUNO, E. B. G; ALMEIDA, L. R.; professor: **os sentidos de aprendizagem**. Rev. Psicologia da Provence: [S. n.} 2002, 22 p. Publicações Dom Quixote, 1992.

PLACCO, V. M. N. S. **O coordenador pedagógico no confronto com o cotidiano da escola**. In. ALMEIDA, L. R. (Org.) O coordenador pedagógico e o cotidiano da escola. São Paulo. Loyola, 2005.

PLACCO, V. M. N. S. & Souza, V. L. T. **“Desafios ao coordenador pedagógico no trabalho coletivo da escola: intervenção ou prevenção?”** In: Placco, V. M. N. S. & Almeida, L. R. (Orgs.) O coordenador pedagógico e os desafios da Educação. São Paulo: Loyola, 2008

RANGEL, M. **Supervisão Pedagógica: um modelo**. 4^o ed. São Paulo: Vozes, 2006.

GADOTTI, Moacir. **“Projeto político pedagógico da escola: fundamentos para sua realização”**. In: GADOTTI, Moacir & ROMÃO, José Eustaquio (orgs.). **Autonomia da escola: princípios e propostas**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001, p. 33-41.

VASCONCELLOS, Celso dos S. Sobre o Papel da Supervisão Educacional/Coordenação Pedagógica. In: **Coordenação do Trabalho Pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**, 11^aed. São Paulo: Libertad, 2010.

VEIGA, I.P.A. (Org). **Projeto político-pedagógico da escola**. Uma construção possível. 2 ed. Campinas: Papirus, 1995.

VEIGA, I. P. A. (Org.) *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. 23. ed. Campinas: Papirus, 2001.

VEIGA, I.P.A. e FONSECA, M. (orgs.). *As dimensões do projeto político-pedagógico: Novos desafios para a escola*. Campinas, SP: Papirus, 2001.

VYGOTSKY, L. (1984) **A Formação social da Mente**, São Paulo; Martins Fontes.

_____. Perspectivas para reflexão em torno do projeto político-pedagógico. In: VEIGA, I.P.A. (Org.) Escola: **espaço do projeto político-pedagógico**. 10 ed. Campinas, SP.

Fonte: PORTAL EDUCAÇÃO - Cursos Online : Mais de 900 cursos online com certificado

www.dombosco.fag.edu.br/coor/coopex/5ecci/Trabalhos/.../593.doc de MAB MIRANDA - NBB MACCARINI Artigos relacionados

www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2012/08/Texto-07.pdf.

<http://www.portaleducacao.com.br/pedagogia/artigos/13187/projeto-politico-pedagogico-por-moacir-gadotti#ixzz2BDFjJ3Q>

Anexo A



CURSISTA: Nivalda Ribeiro Rodrigues

QUESTIONÁRIO

Caro GESTOR e COLEGAS. Sou estudante do curso de Especialização em Coordenação Pedagógica - Latu- Censo na UNB (Universidade de Brasília) e para concluir meu curso, gostaria de sua colaboração em responder a minha pesquisa de campo, no que se relaciona ao Projeto Político- Pedagógico da sua unidade de Ensino. Desde já, obrigada.

O meu tema é: Como envolver a comunidade escolar no processo de construção do PPP sem o fator mais importante, o “tempo”?

1. Na sua opinião, o tempo influencia no processo da construção do PPP ?

2. Quais as dificuldades você enfrenta no planejamento pedagógico trabalhando 40 h em sala de aula?

3. Você conhece ou já teve contato com o projeto político-pedagógico da sua escola?

() SIM

() NÃO

4. Como a escola se organizou em relação ao tempo para envolver a comunidade escolar no processo de construção do PPP, visto que a maioria dos professores trabalham 40 h em sala de aula?

5. Você participou da elaboração do projeto político-pedagógico de sua escola?

SIM

NÃO

6. Você considera que o coordenador pedagógico seja importante na mediação do processo de construção do PPP da escola? Por quê?

7. Os coordenadores de sua escola veem atuando, enquanto articuladores do projeto político-pedagógico?

SIM

NÃO

8. Se os coordenadores pedagógicos de sua escola atuam enquanto articuladores do projeto político-pedagógico, como eles veem esse trabalho pedagógico sem a jornada ampliada tão necessário ao planejamento e desenvolvimentos dos projetos da escola ?

9. Você considera que o coordenador pedagógico vem mediando o trabalho coletivo na sua escola?

SIM

NÃO

10. Se os coordenadores pedagógicos veem mediando o trabalho coletivo de sua escola em relação a construção do PPP, de que forma o fazem?

11. Na sua opinião, como a gestão escolar deve organizar a escola para que toda comunidade escolar possa participar ativamente dos projetos e principalmente participar na construção do PPP da escola?

Anexo B

Questões respondidas por professores, coordenadores e diretor da escola:

1.	Como o professor organiza o tempo na elaboração e construção do PPP, visto que o professor trabalha 40h em sala?	65% responderam que não conseguem se organizar com tantas atribuições.	35% responderam que não participam, somente cumprem o trabalho de sala de aula
2.	Quais as dificuldades você enfrenta no planejamento pedagógico trabalhando 40h em sala de aula?	70% responderam que não conseguem vencer as atribuições.	30% responderam não se incomodar.
3.	Você conhece ou já teve contado com o projeto-pedagógico da sua escola?	85% responderam que sim	15% responderam não conhecer.
4.	Como a escola se organizou em relação ao tempo para envolver a comunidade escolar no processo de construção do PPP, visto que a maioria dos professores trabalham 40 h em sala de aula?	55% responderam que dispensaram os alunos	45% responderam que não conseguiram participar do processo de construção do PPP.
5.	Você participou da elaboração do projeto político-pedagógico de sua escola?	80% responderam que sim	20% responderam não
6.	Você considera que o coordenador pedagógico seja importante na mediação do processo de construção do PPP da escola? Por quê?	90% responderam que sim	10% responderam que não
7.	Os coordenadores de sua escola veem atuando, enquanto articuladores do projeto político-pedagógico?	85% responderam que sim	15% responderam que não sabem
8.	Se os coordenadores pedagógicos de sua escola atuam enquanto articuladores do projeto político-pedagógico, como eles veem esse trabalho pedagógico sem a jornada ampliada tão necessário ao planejamento e desenvolvimentos dos projetos da escola ?	55% responderam que os coordenadores estão insatisfeitos.	45% responderam que são indiferentes
9.	Você considera que o coordenador pedagógico vem mediando o trabalho coletivo na sua escola?	75% responderam que sim	25% responderam que não
10.	Se os coordenadores pedagógicos veem mediando o trabalho coletivo de sua escola em relação a construção do PPP, de que forma o fazem?	60% responderam que o fazem de forma diversificada, às vezes aproveitam momentos de coordenação.	40% não souberam responder
11.	Em sua opinião, como a gestão escolar deve organizar a escola para que toda comunidade escolar possa participar ativamente dos projetos e principalmente participar na construção do PPP da escola?	70% responderam que a gestão deve sistematizar as reuniões pedagógicas com a participação de todos e criar momentos específicos para isto.	30% não responderam